

# Criança e lixo não combinam

23 MAI 2000

CORREIO BRAZILIENSE

DF ↙

*Ministério Público defende política que retire meninos dos lixões e de outras atividades penosas e insalubres*

Marcelo Rocha  
Da equipe do Correio

**D**escalço, sem camisa, o menino perambula em meio ao lixo. Sempre seguido de perto por Catonã, uma vira-lata preta, suja, ele vai separando pilhas de papéis que vão render algum dinheiro para o sustento da família — o garoto, os pais e mais quatro irmãos. Essa têm sido, diariamente, a rotina do catador de papéis Darlan Ferreira dos Santos, de apenas 10 anos. Nada de escola, nada de brinquedo. Apenas uma vastidão de lixo.

Darlan engrossa as estatísticas do trabalho infantil no Brasil. Apesar dos avanços registrados nos últimos anos para reverter a situação, o problema ainda é

grave. Dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por exemplo, indicam que mais de 2,9 milhões de menores entre 10 e 14 anos trabalham no país.

No Distrito Federal, a história não é diferente. Em 1998, as crianças somavam mais de 14,8 mil. Pesquisa realizada com 150 menores de rua em abril do ano passado pelo S.O.S. Criança, programa do governo local, constatou que 44% deles têm entre 11 e 14 anos. Trabalham como lavadores de carros, engraxates, catadores de papel e vendedores ambulantes.

Para atualizar tais dados e tentar mudar a situação, o Ministério Público do Trabalho da 10ª Região (DF e Tocantins) determinou à Secretaria da Ação Social

do DF (antiga Secretaria da Criança e Assistência Social) um levantamento sócio-econômico das famílias que tiram o sustento de vida em atividades informais. Desde o dia 18, o censo vem sendo realizado e deve ser concluído, provavelmente, ainda hoje.

Respostas para questões como “quem são essas crianças?”, “o que fazem?”, “que idade têm”, “quanto ganham com o trabalho?” devem permitir, em um primeiro momento, pensar uma política compensatória para afastar as crianças do trabalho. A intenção do Ministério Público é envolver vários órgãos do governo local como as secretarias de Educação, Meio Ambiente, Esportes, Trabalho, Emprego e Renda, além do Serviço de Limpeza Urbana (SLU).

A estratégia recai, principalmente, sobre aqueles locais onde o trabalho é penoso e insalubre. Ambientes assim são encontrados, por exemplo, nos vários lixões do Distrito Federal. Nesse lugares, existem, segundo o pró-

prio Ministério Público, menores entre 10 e 14 anos que trabalham até dez horas por dia para ajudar os pais a complementarem a renda familiar.

## PILHAS DE LIXO

Localizado no meio de um dos endereços nobres da capital, o Setor de Clubes Sul, o lixão conhecido como *Cerrado da AABB* é um celeiro de trabalho infantil e foco também da ação do Ministério Público. Lá, o pequeno Darlan passa o dia envolvido com pilhas de papéis, plásticos e outras quinilhariarias que ajuda o pai a catar na Esplanada dos Ministérios e nas quadras comerciais da Asa Sul e da Asa Norte.

A família de Darlan luta para voltar para o município baiano de Santa Rita de Cássia. “De onde a gente nunca devia ter saído”, desabafa a mãe do garoto, Socorro dos Santos, de 35 anos. “Vimos em busca de emprego, mas não encontramos nada. Ficam esses meninos por aí, no meio do lixo, sem estudar, e to-

dos com doença.” Socorro, o marido e mais dois filhos de 12 e 11 anos tiram, por quinzena, entre R\$ 50,00 e R\$ 100,00.

Márcio Batista de Araújo, 18 anos, natural de Barreiras (BA), tinha a idade de Darlan quando chegou em Brasília há nove. O rapaz veio para a cidade morar com uma tia e não demorou a engrossar as estatísticas de menores trabalhadores. Na época, apenas com 10 anos, Márcio foi logo convocado para ajudar a remexer o lixo também no *Cerrado da AABB*.

O tempo passou e a maioridade conquistada de pouco lhe valeu para afastá-lo do lixão. Dia entra, dia sai, o rapaz ocupa-se em vasculhar as lixeiras da Esplanada do Ministérios. “É ‘de boa’ catar lixo na Esplanada”, explica. “É só papel.” Atualmente, Márcio divide o barraco onde mora com outras 11 pessoas, todas sustentadas pelo lixão. Chegam a R\$ 150, por quinzena. “Não tinha outra saída não. Tinha que trabalhar.”

O questionário elaborado pela Secretaria da Ação Social visa avaliar a situação como um todo, identificando, inclusive, quais os tipos de produtos coletados (papelão, latas, garrafas, alimentos, mentais). Busca-se, assim, criar canais de comercialização para esses produtos, ajudando os pais a aumentar a renda e abrir mão do trabalho infantil.

Outra estratégia do Ministério Público do Trabalho é visitar alguns lixões nos próximos dias. “Vamos traçar uma política de erradicação do trabalho infantil de forma paulatina e sustentável, com os pés no chão”, avisa o procurador do Trabalho, Adélio Justino Lucas.

Uma das preocupações é evitar que a nova política que venha a ser adotada se transforme em chamariz de migração. Para isso, o cadastro será gerenciado pelo próprio Ministério Público. “Vamos também cobrar dos órgãos envolvidos e dos pais o cumprimento à risca das determinações”, sentencia Lucas.